



PROCESSO DE PROMOÇÃO | QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2019

## 025. PROVA OBJETIVA

### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – SOCIOLOGIA

(OPÇÃO: 027)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Inscrição \_\_\_\_\_ Prédio \_\_\_\_\_ Sala \_\_\_\_\_ Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

- 01.** De acordo com o que estabelece o artigo 5º da *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988, assinale a alternativa que indica um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- (A) A associação com finalidade ideológica.
  - (B) O atentado contra o nacionalismo.
  - (C) A prática do racismo.
  - (D) O absenteísmo escolar.
  - (E) O furto famélico.
- 02.** Durante a pandemia de Covid-19, as escolas viram-se obrigadas a adotar o ensino remoto, devido à suspensão das atividades presenciais ao longo de períodos significativos. Tendo em vista o que estabelece a Lei nº 9.394/1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*), especificamente no parágrafo 4º de seu artigo 32, é correto afirmar que tal adoção, no contexto do ensino fundamental,
- (A) encontra respaldo na referida lei, que prevê a utilização do ensino à distância na proporção de 50% da carga horária.
  - (B) não encontra respaldo na referida lei, que veta a utilização do ensino à distância com caráter regular, permitindo-o apenas em atividades extracurriculares.
  - (C) encontra respaldo na referida lei, que prevê a utilização do ensino à distância como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
  - (D) encontra respaldo na referida lei, que prevê a utilização do ensino à distância (na modalidade síncrona) como alternativa equivalente ao ensino presencial.
  - (E) não encontra respaldo na referida lei, que veta qualquer utilização do ensino à distância na educação básica.
- 03.** Conforme o artigo 53-A da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*), as instituições de ensino têm o dever de
- (A) assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.
  - (B) ofertar educação regular em contexto domiciliar quando for atestada evasão escolar superior ao percentual máximo permitido por lei.
  - (C) manter sigilo em caso de maus-tratos envolvendo seus alunos, a fim de preservar os direitos à dignidade, ao respeito e à convivência familiar.
  - (D) efetuar matrícula compulsória a todas as crianças e adolescentes que estejam excluídos do processo educacional por negligência de seus familiares e/ou responsáveis.
  - (E) flexibilizar a carga horária letiva ao adolescente aprendiz ou jovem trabalhador, a fim de garantir o cumprimento da jornada laboral.
- 04.** A Resolução CNE/CP nº 1/2012 estabelece diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH). No parágrafo 2º de seu artigo 2º, o documento determina que aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais
- (A) a opção voluntária pela adesão a essas diretrizes.
  - (B) a criminalização caso infrinjam essas diretrizes.
  - (C) a flexibilização dessas diretrizes à realidade particular.
  - (D) a adoção sistemática dessas diretrizes.
  - (E) a reformulação ativa dessas diretrizes.
- 05.** Leia o excerto a seguir, adaptado do Preâmbulo da *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (Decreto nº 6.949/2009):
- “[...] a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas \_\_\_\_\_, que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, conforme o documento.
- (A) aos traços psíquicos individuais
  - (B) às atitudes e ao ambiente
  - (C) aos antecedentes familiares
  - (D) às limitações fisiológicas e mentais
  - (E) às legislações pertinentes
- 06.** A Lei nº 13.445/2017 (*Lei de Migração*), em seu artigo 3º, estabelece princípios e diretrizes para a política migratória brasileira. A esse respeito, o inciso X do referido artigo prevê expressamente a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio
- (A) de parcerias público-privadas.
  - (B) da atuação de associações de imigrantes.
  - (C) de nivelamento educacional.
  - (D) de políticas públicas.
  - (E) de programas assistenciais do país de origem.

07. O artigo 2º da Resolução CNE/CP nº 1/2004 apresenta a meta das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, nos seguintes termos: “promover a educação de cidadãos \_\_\_\_\_ no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática”.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna, conforme o texto do documento.

- (A) criativos e inovadores
- (B) cultos e reflexivos
- (C) atuantes e conscientes
- (D) militantes e empáticos
- (E) tolerantes e benevolentes

08. Dalila, professora de inglês da rede estadual de São Paulo, é uma pessoa transexual em fase de transição. No início do ano letivo, ela solicitou uma atualização do seu cadastro na secretaria da escola, indicando o prenome pelo qual agora se identifica. A comunidade escolar prontamente passou a se referir a Dalila pelo prenome indicado. No entanto, um professor e um aluno têm se recusado a adotar a escolha de tratamento nominal feita por Dalila, chamando-a pelo prenome masculino pelo qual a conheciam antes. Considerando o que estabelece o § 1º do artigo 2º do Decreto Estadual nº 55.588/2010 sobre o tratamento nominal de pessoas transexuais, é correto afirmar que

- (A) ambas as condutas, do professor e do aluno, convergem com as determinações do documento, que exige adoção do prenome indicado apenas em atos escritos.
- (B) apenas a conduta do professor fere as determinações do documento, segundo o qual servidores públicos deverão tratar a pessoa pelo prenome indicado.
- (C) ambas as condutas, do professor e do aluno, convergem com as determinações do documento, que recomenda a adoção do prenome indicado apenas após a transição ser concluída.
- (D) apenas a conduta do aluno fere as determinações do documento, que preserva a autonomia e a livre expressão do cidadão em seu exercício profissional.
- (E) ambas as condutas, do professor e do aluno, ferem as determinações do documento, que obriga todos os cidadãos a tratarem a pessoa pelo prenome indicado.

09. De acordo com a *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021), o oferecimento de oportunidades de aceleração de estudos, consubstanciado na adoção de estratégias educacionais que respeitem a diversidade de habilidades e ritmos de aprendizagem, é aplicável a um grupo particular entre os estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial. Trata-se especificamente dos discentes com

- (A) transtorno global do desenvolvimento (TGD) / transtorno do espectro autista (TEA).
- (B) deficiência física.
- (C) deficiência visual / baixa visão.
- (D) transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).
- (E) altas habilidades / superdotação.

10. Em sua Meta 6, a Lei nº 16.279/2016 (*Plano Estadual de Educação de São Paulo*) estabelece o compromisso de assegurar educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender a, pelo menos, 25% dos alunos na educação básica. Para tanto, nas estratégias da referida meta, considera-se que a permanência dos alunos em tempo integral na escola (ou sob sua responsabilidade) passe a ser igual ou superior a

- (A) 7 horas diárias durante todo o ano letivo.
- (B) 6 horas diárias durante todo o ano letivo.
- (C) 7 horas diárias durante, no mínimo, 75% dos dias letivos.
- (D) 8 horas diárias durante, no mínimo, 75% dos dias letivos.
- (E) 8 horas diárias durante todo o ano letivo.

11. Em suas diretrizes, o *Currículo Paulista* (2019) afirma que, no período do desenvolvimento cognitivo dos 6 aos 12 anos, “a criança passa a desenvolver conceitos mais elaborados em relação a ela mesma”. O documento observa que, nessa fase, os conflitos aparecem, sendo a escola de fundamental importância para que a criança passe a

- (A) conformar sua subjetividade aos limites estabelecidos, seja pela figura do professor, seja por meio de combinados e do regimento escolar.
- (B) utilizar a razão em vez da emoção em suas interações com o outro, pautando-se pela sua crescente capacidade cognitiva.
- (C) melhorar suas habilidades de resolução de problemas a partir do desenvolvimento de estratégias de cálculo moral.
- (D) harmonizar-se com o coletivo e com sua comunidade, de forma a construir uma experiência escolar livre de conflitos.
- (E) ampliar o controle emocional e as interações sociais, construindo sua identidade socialmente.

12. Estudando sobre gestão democrática, o professor João se deu conta de que a escola em que leciona não tem Conselho Escolar (CE). Interessado em contribuir para a intensificação do caráter democrático da escola, ele consultou o documento do MEC intitulado *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (Brasil, 2004). Acabou desistindo de atuar na criação do Conselho Escolar, entendendo que esse papel não cabe a um professor. Tendo em vista o que diz o referido documento, o entendimento de João está

- (A) correto, pois a iniciativa de criação do CE cabe à Secretaria Estadual de Educação, via ato oficial.
- (B) correto, pois a iniciativa de criação do CE cabe especificamente aos gestores da unidade de ensino, nas figuras do coordenador pedagógico, do diretor e/ou do vice-diretor.
- (C) equivocado, pois a iniciativa de criação do CE cabe ao diretor da escola ou a quaisquer representantes dos segmentos das comunidades escolar e local.
- (D) equivocado, pois a iniciativa de criação do CE cabe especificamente aos professores, assegurando seu protagonismo e sua primazia na deliberação desse órgão.
- (E) correto, pois a iniciativa de criação do CE é ato obrigatório concomitante à criação da escola, de modo que a irregularidade dessa escola deve ser verificada pela Diretoria de Ensino.

13. Considerando o cenário de acelerada renovação das tecnologias baseadas em inteligência artificial, Azambuja e Silva (2024) discutem um processo que denominam *technotização*, em referência à necessidade de que os educadores estejam constantemente se atualizando do ponto de vista do domínio das novas tecnologias intelectuais e culturais. Nesse contexto, segundo os autores, o processo de alfabetização tecnológica se torna

- (A) uma variável constante.
- (B) uma utopia irreal.
- (C) uma prioridade situacional.
- (D) uma etapa obsoleta.
- (E) uma eletividade profissional.

14. A respeito da avaliação na educação, Soares (*In: Carvalho et al.*, 2007) relata:

"[...] diversos autores mostram como são de diferentes origens as dificuldades com o uso da categoria *resultados* para a análise da instituição escolar e como todos nós que trabalhamos em escolas não fomos preparados para analisar os resultados dos processos escolares. Acostumamo-nos a pensar como cada um desses processos deveria funcionar e quais recursos são necessários, mas não se seus resultados atendem aos alunos e à sociedade."

Em conformidade com a reflexão do autor sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A ideia de resultado está associada a uma visão meramente instrumental da instituição escolar.
- (B) Analisar os processos escolares pelos seus resultados é inútil e desnecessário, se temos em vista a melhoria da escola.
- (C) Medir os resultados dos processos escolares é fundamental, embora seja sempre algo injusto e excludente.
- (D) Todo estudante tem o direito de ser avaliado, sendo que a avaliação começa com a caracterização dos resultados escolares.
- (E) Aferir resultados por meio de medidas é útil quando se trata de uma única sala de aula, mas não em um sistema que conta com milhões de alunos.

15. Ao discutirem ocorrências de conflito e violência na escola, Ceccon *et al.* (2009) apresentam uma análise sobre diferentes circunstâncias em que as escolas podem se encontrar. A partir da perspectiva adotada, os autores consideram que uma escola está em equilíbrio quando

- (A) as finalidades institucionais são atendidas e asseguradas pelos mecanismos de poder legitimados, concentrando a comunicação de modo ascendente.
- (B) as necessidades básicas dos membros são satisfatoriamente atendidas e os conflitos são manejados sem interrupção do diálogo.
- (C) as ocorrências conflituosas e violentas se limitam a episódios isolados e, portanto, sem impacto nas relações de ensino-aprendizagem.
- (D) as ações para manter a paz e o diálogo tornam-se totalmente desnecessárias, pois as relações são autorreguladas de forma permanente.
- (E) os conflitos entre membros permanentes inexistem, podendo haver desajustes ocasionais com a comunidade externa.

16. Leia o excerto a seguir, adaptado de Costa e Vieira (2000):

A interação mais intensa e mais importante para os adolescentes é a relação \_\_\_\_\_. A tendência à \_\_\_\_\_ é parte constitutiva do modo de ser dos adolescentes. A ação educativa que se mostrar incapaz de reconhecer e de operar com esse dado da realidade não terá, certamente, chance de êxito significativo junto aos jovens.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do excerto.

- (A) com o saber ... reflexão
- (B) com a família ... desobediência
- (C) com as redes sociais ... virtualidade
- (D) consigo ... interioridade
- (E) com seus pares ... grupalidade

17. Um dos conceitos abordados por Lemov (2023) é o da memória de trabalho, dotada de um poder surpreendente. Segundo o autor, a característica mais dominante da memória de trabalho é

- (A) sua constituição inata.
- (B) seu caráter inconsciente.
- (C) sua retenção a longo prazo.
- (D) sua minúscula capacidade.
- (E) sua autossuficiência.

18. Ao abordar expectativas de comportamento, Lemov (2023) discute a organização da sala de aula. Embora avalie que alguns educadores se oponham à sua perspectiva, o autor defende que

- (A) uma sala de aula deve ser organizada para que haja aprendizado.
- (B) a autoridade bem aplicada de um professor deve pautar-se por medidas disciplinares claras.
- (C) a imposição criteriosa do silêncio equivale a suprimir as vozes dos alunos.
- (D) a desordem faz parte da educação, pois aprender é um ato confuso, caótico e barulhento.
- (E) salas de aula ordenadas facilitam a cognição, mas prejudicam muito a dimensão socioemocional.

19. De acordo com a perspectiva de Mantoan (2015), o ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam déficits intelectuais e problemas de aprendizagem é uma solução

- (A) compatível com os princípios inclusivos diante de problemas de aprendizagem laudados, assegurando credibilidade à flexibilidade curricular necessária à inclusão.
- (B) incompatível com os princípios inclusivos, pois o professor deve orientar-se por expectativas gerais de desenvolvimento esperadas em cada faixa etária, ignorando limites individuais.
- (C) compatível com os princípios inclusivos nos casos específicos de ordem cognitiva, mas inoperante diante de deficiências físicas.
- (D) compatível com os princípios inclusivos, pois em todos os casos de inclusão deve-se implementar práticas de ensino específicas para cada deficiência.
- (E) incompatível com os princípios inclusivos, pois não podemos diferenciar um aluno pela sua deficiência.

20. No prefácio de seu livro, Williams (2005) apresenta uma lista de proposições acerca do *feedback*, classificando-as como verdadeiras ou falsas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das proposições avaliadas pelo autor como verdadeira.

- (A) Só é realmente necessário dar *feedback* quando algo dá errado, pois o *feedback* não é uma experiência particularmente agradável.
- (B) O *feedback* corretivo funciona melhor quando aplicado a atitudes genéricas e não a comportamentos específicos.
- (C) Ao dar um *feedback* positivo, descreva com clareza o comportamento e/ou os resultados gerados pelo tipo de comportamento que você gostaria de ver repetido.
- (D) Se os seus *feedbacks* a uma pessoa se concentram no que ela faz bem, ela certamente se tornará menos consciente de sua própria performance.
- (E) Ao dar um *feedback* corretivo a fim de modificar o comportamento de alguém, nunca deixe que a pessoa assuma total responsabilidade pelo que fez.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Ricardo Antunes, em seu livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, apresenta a seguinte tese sobre o trabalho: “Posso afirmar também que, em vez da substituição do *trabalho* pela *ciência*, ou ainda da substituição da *produção de valores de troca* pela esfera *comunicacional* ou *simbólica*, da substituição da *produção* pela *informação*, o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior *inter-relação*”.

A tese apresentada por Antunes pode ser compreendida por meio da inter-relação entre

- (A) a produção e o conhecimento científico, o que resulta na completa substituição do trabalho produtivo pelo simbólico.
- (B) as relações intersubjetivas e a esfera comunicacional, o que elimina a relevância da produção material.
- (C) atividades produtivas e improdutivas, o que mantém o trabalho como categoria central na organização social contemporânea.
- (D) o trabalho manual e a informação tecnológica, o que consolida o fim da centralidade do trabalho na sociedade atual.
- (E) as atividades simbólicas e os valores de troca, o que promove uma nova era, em que a produção se torna supérflua.

22. O IBGE, em seu informativo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, destaca: “Apesar da considerável expansão e democratização do ensino superior brasileiro a partir dos anos 2000 [...], as desigualdades de acesso relacionadas às características socioeconômicas dos estudantes continuam elevadas [...]. A classe social, o gênero e a cor ou raça do indivíduo permanecem fatores determinantes para uma melhor ou pior inserção no mercado de trabalho”.

De acordo com o excerto, é correto afirmar que a implicação direta da desigualdade no mercado de trabalho é a

- (A) intensificação da insegurança alimentar dos oprimidos.
- (B) superação da ignorância coletiva sobre os direitos sociais.
- (C) imposição de condições de vida desfavoráveis às populações vulneráveis.
- (D) restrição da mobilidade socioeconômica no contexto brasileiro.
- (E) expansão da polarização política e social no Brasil.

23. Bernard Lahire, em seu texto “Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de Sociologia?”, apresenta seu entendimento sobre para que serve a Sociologia: “Os quadros de realidades sociais que nos descrevem as Ciências Sociais, em geral, e a Sociologia, em particular, têm, primeiramente, como ambição produzir um conhecimento o mais racional e justo possível do estado do mundo social. Eles podem evidentemente tornar mais conscientes das complexidades e das sutilezas da ordem social das coisas”.

Segundo o autor, o conhecimento produzido pela Sociologia está relacionado à

- (A) imposição de uniformidade cultural para reduzir conflitos sociais.
- (B) abordagem das complexidades e das sutilezas das estruturas sociais.
- (C) promoção de um entendimento metafísico e subjetivo sobre a realidade.
- (D) implementação de propostas exclusivamente voltadas a decisões políticas.
- (E) capacidade de criar soluções rápidas e eficazes para problemas sociais.

24. Zygmunt Bauman, em seu livro *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*, trata da relação entre consumo e felicidade: “A sociedade de consumidores talvez seja a única na história humana a prometer felicidade na *vida terrena, aqui e agora* e a cada ‘agora’ sucessivo. Em suma, uma felicidade *instantânea e perpétua*. [...] A sociedade de consumidores é avaliada, para o bem ou para o mal, pela felicidade de seus membros – em um grau desconhecido e dificilmente compreensível a qualquer outra sociedade de que se tem registro”.

Com base no texto, conclui-se que a promessa mencionada por Bauman

- (A) articula a ilusão de satisfação pessoal a uma lógica de consumo contínuo, que exige a renovação perpétua dos desejos.
- (B) garante a distribuição equitativa de recursos, tornando o consumo igualmente acessível a todas as classes sociais.
- (C) configura uma forma de emancipação social baseada na inclusão plena no mercado consumidor, como garantia de felicidade universal.
- (D) proporciona uma felicidade estável e duradoura, independentemente daquilo que se consome ou de quantas vezes se consome.
- (E) substitui a centralidade dos bens materiais por experiências subjetivas que dispensam a aquisição de produtos.

25. Em seu texto “Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos”, Flávia Piovesan discute a noção de direitos humanos: “compõem um construído axiológico, fruto da nossa história, de nosso passado, de nosso presente, fundamentado em um espaço simbólico de luta e ação social. [...] Realçam, sobretudo, a esperança de um horizonte moral, pautado pela gramática da inclusão, refletindo a plataforma emancipatória de nosso tempo”.

Segundo Piovesan, o desenvolvimento contemporâneo dos direitos humanos é marcado pela

- (A) proteção exclusiva de grupos dominantes.
- (B) extinção de direitos fundamentais específicos.
- (C) dissociação de direitos civis dos direitos econômicos.
- (D) meritocracia que restringe o acesso à dignidade.
- (E) universalização dos direitos civis e políticos.

26. Wolfdietrich Schmied-Kowarzik, em seu texto *A práxis e a compreensão da práxis: sobre as teses ad Feuerbach*, apresenta a crítica de Marx à práxis enquanto objeto teórico: “Na oitava tese sobre Feuerbach, Marx destaca que toda a vida social é essencialmente prática e que os problemas teoricamente insolúveis encontram sua solução na práxis humana e na compreensão desta. Marx, portanto, indica para a práxis social e sua compreensão enquanto uma tarefa prática”.

No texto de Wolfdietrich Schmied-Kowarzik, a crítica de Marx evidencia a

- (A) concepção da práxis como apenas um fenômeno de observação passiva.
- (B) ideia de que o materialismo vulgar é suficiente para explicar a realidade social.
- (C) visão da práxis como um processo constitutivo de autocompreensão.
- (D) separação entre teoria e prática como fundamento para a ciência.
- (E) relevância do misticismo teórico para solucionar problemas sociais.

27. Zygmunt Bauman, na introdução de seu livro *Para que serve a Sociologia?*, dialoga com o conceito de imaginação sociológica de C. Wright Mills, ao afirmar que “a imaginação sociológica transforma o pessoal em político. [...] É tarefa da imaginação sociológica [...] ajudar as pessoas a ‘compreender o significado de sua época em relação a suas próprias vidas’”.

Segundo Bauman, a Sociologia mostra sua relevância no contexto da transformação social ao

- (A) favorecer a coleta de dados empíricos sem interpretações contextuais.
- (B) buscar evitar influências subjetivas para alcançar análises imparciais.
- (C) privilegiar a previsão estatística de padrões de comportamento social.
- (D) esclarecer conexões entre experiências individuais e processos históricos.
- (E) reduzir-se à função de oferecer informações técnicas para políticas públicas.

28. Montesquieu, em seu livro *O espírito das leis*, afirma: “As leis, em seu significado mais extenso, são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas; e, neste sentido, todos os seres têm suas leis”.

Montesquieu conclui que as leis decorrem da relação racional entre a natureza das coisas, considerando que

- (A) a criação divina é incompatível com a racionalidade humana.
- (B) as leis humanas derivam de princípios distintos dos das leis naturais.
- (C) a criação supõe regras tão invariáveis quanto a fatalidade dos ateus.
- (D) a fatalidade cega reflete a criação divina.
- (E) as leis naturais estão acima das inteligências humanas.

29. Wolfdietrich Schmied-Kowarzik, em seu texto *A práxis e a compreensão da práxis: sobre as teses ad Feuerbach*, apresenta a noção marxiana de práxis revolucionária: “Práxis revolucionária em Marx [...] implica, portanto, a tarefa a ser iniciada e permanentemente continuada, a fim de que os seres humanos não se deixem mais determinar por relações sociais estranhadas que foram inconscientemente por eles mesmos produzidas”.

A concepção marxiana apresentada no texto enfatiza a

- (A) centralidade do sujeito coletivo na transformação social.
- (B) dependência de estratégias técnicas para mudanças sociais.
- (C) redução da práxis a uma abordagem materialista científica.
- (D) independência do indivíduo em relação à práxis histórica.
- (E) passividade das massas na emancipação social.

30. Ao analisar a relação entre mercado de trabalho e informalidade, o IBGE, em seu informativo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, apresenta o seguinte resultado: “Tanto a taxa de desocupação, que representa a proporção de pessoas desocupadas sobre a força de trabalho, quanto a taxa de subutilização, indicador que inclui, além dos desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e pessoas que potencialmente poderiam estar na força de trabalho, das pessoas brancas foram inferiores às dos outros dois grupos populacionais analisados”.

No texto, infere-se que as diferenças nas taxas de desocupação e subutilização entre grupos raciais no Brasil apontam para

- (A) a legitimação das desigualdades raciais como fenômeno inevitável.
- (B) o aumento da segmentação ocupacional e a limitação de direitos sociais.
- (C) a exclusão estrutural por meio da precarização do trabalho formal.
- (D) a queda no nível de escolaridade e o bloqueio da mobilidade entre gerações.
- (E) o crescimento das disparidades educacionais como barreira ao mercado formal.

31. Em seu livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, Ricardo Antunes aborda a divisão sexual do trabalho: “Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados. [...] Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho”.

De acordo com o excerto, a divisão do trabalho mencionada

- (A) reforça as desigualdades econômicas exclusivamente nos segmentos informais.
- (B) acentua a desvalorização do trabalho manual na sociedade contemporânea.
- (C) amplia o controle das esferas produtivas sobre os trabalhadores informais.
- (D) reflete as tensões entre flexibilização e direitos trabalhistas.
- (E) contribui para a manutenção de desigualdades estruturais de gênero.

32. No texto “Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de Sociologia?”, Bernard Lahire destaca a necessidade histórica do ensino das Ciências Sociais: “Os estados, em toda parte do mundo, sublinham a necessidade de formar para a cidadania, e visam geralmente responder a essa exigência pelo ensino moral ou da educação cívica. Ora, as ciências do mundo social poderiam e até mesmo deveriam estar no centro dessa formação”.

Segundo Lahire, o ensino defendido por ele tem sua relevância para formar

- (A) coletivos que reproduzem valores cívicos sem debate.
- (B) indivíduos dóceis que obedecem às normas sem questionamento.
- (C) grupos homogêneos capazes de preservar a cultura dominante.
- (D) sujeitos críticos de suas ações em um mundo desnaturalizado.
- (E) pessoas que respeitam símbolos e tradições nacionais.

33. Montesquieu, em seu livro *O espírito das leis*, argumenta que a virtude é o pilar republicano. Diz o filósofo: “Não é necessária muita probidade para que um governo monárquico ou um governo despótico se mantenham ou se sustentem. A força das leis no primeiro, o braço sempre erguido do príncipe no segundo regram e contêm tudo. Mas num Estado popular se precisa de um motor a mais, que é a VIRTUDE”.

Montesquieu argumenta que, na ausência de virtude, uma república tende à

- (A) expansão da eficiência das instituições públicas.
- (B) ampliação do bem-estar coletivo.
- (C) imposição de uma autoridade despótica para garantir a ordem.
- (D) consolidação de interesses públicos em detrimento do bem privado.
- (E) corrupção generalizada e à queda do Estado.

34. Conhecido por sua teoria social burocrática, Weber, em seu livro *Ensaio de Sociologia*, afirma: “Quando se estabelece plenamente, a burocracia está entre as estruturas sociais mais difíceis de destruir. A burocracia é o meio de transformar uma ‘ação comunitária’ em ‘ação societária’ racionalmente ordenada”.

De acordo com Weber, considerando as características da burocracia, suas implicações incluem a

- (A) concentração do poder organizacional.
- (B) pessoalidade nas relações sociais.
- (C) rejeição de interesses econômicos na administração burocrática.
- (D) exclusão da subjetividade na tomada de decisões formais.
- (E) eliminação de hierarquias e procedimentos padronizados.

35. Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall escreve: “Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”.

Segundo Hall, as transformações da modernidade tardia propiciaram a

- (A) centralização do sujeito em torno de identidades fixas.
- (B) continuidade das grandes narrativas identitárias.
- (C) diluição das referências tradicionais de pertencimento.
- (D) rejeição completa das mudanças estruturais.
- (E) reafirmação das identidades tradicionais e estáveis.

36. Um dos principais conceitos discutidos por Stuart Hall, em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, é o de identidades híbridas. Diz o autor: “As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar”.

Para Hall, as identidades híbridas

- (A) negam a existência de mudanças estruturais na modernidade.
- (B) promovem o isolamento individual no contexto global.
- (C) representam uma homogeneização total das culturas.
- (D) emergem como resposta à interação entre forças globais e locais.
- (E) substituem completamente as identidades tradicionais sem tensões.

37. Iris Marion Young, em seu texto “Desafios ativistas à democracia deliberativa”, ilustra falsos consensos em deliberações, como o presente no excerto: “Apesar de debates amplos e vigorosos sobre as causas e as soluções para a pobreza, tanto nos Estados Unidos quanto, cada vez mais, em outras partes do mundo, há um novo consenso importante sobre muitos termos do debate. [...] Essa política antipobreza deve acabar por transformar os indivíduos para melhor adequá-los às estruturas contemporâneas de emprego assalariado”.

Com base no excerto, é correto afirmar que Young argumenta que o falso consenso deliberativo mencionado

- (A) unifica as políticas públicas de forma democrática.
- (B) reforça desigualdades ao responsabilizar indivíduos.
- (C) reconhece a pobreza como um problema estrutural.
- (D) demonstra diversidade de perspectivas no debate.
- (E) reflete acordos genuínos sobre as causas da pobreza.

38. Flávia Piovesan, em seu texto “Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos”, discute medidas para promoção de igualdade material. Ela afirma: “As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte dos grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos. [...] Tais medidas cessarão quando alcançado o seu objetivo”.

Segundo o texto, as ações afirmativas contribuem para a igualdade mencionada ao

- (A) adotarem medidas que combatem desigualdades estruturais.
- (B) proporem estratégias de longo prazo sem restrições temporais.
- (C) reforçarem a igualdade formal como ferramenta de justiça.
- (D) excluírem grupos majoritários como solução para desigualdades.
- (E) priorizarem a igualdade universal e homogênea.

39. Em seu livro *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*, Zygmunt Bauman analisa as relações humanas: “Hoje em dia, essas ligações tendem a ser vistas – com um misto de regozijo e ansiedade – como frágeis, desintegráveis sem qualquer dificuldade e tão fáceis de romper quanto de estabelecer. [...] A crescente fragilidade dos vínculos humanos é, portanto, experimentada desde o começo, a partir do momento de sua concepção e muito depois de seu desaparecimento, como um misto de bênção e maldição”.

A análise de Bauman sobre os vínculos humanos evidencia uma transformação social marcada

- (A) pelo fortalecimento das relações interpessoais por meio da liberdade de criar e romper laços com facilidade.
- (B) pelo equilíbrio entre compromisso e liberdade, visto que os vínculos são percebidos como flexíveis e adaptáveis.
- (C) pela construção de laços sólidos, favorecida pela possibilidade de escolher livremente as relações.
- (D) pela substituição de compromissos duradouros por relações baseadas na conectividade imediata e na satisfação pessoal.
- (E) pela superação da solidão, proporcionada pela conectividade imediata oferecida pelos novos meios de interação social.

40. No informativo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, elaborado pelo IBGE, ao apresentar os resultados sobre moradia, ressalta-se: “Entre a população residente em domicílios próprios, 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas residiam em domicílios sem documentação da propriedade, enquanto a proporção encontrada entre as pessoas brancas era cerca de metade desse valor (10,1%)”.

Uma política pública para enfrentar a situação descrita são os projetos de

- (A) programas de aluguel social para populações vulneráveis.
- (B) incentivo à construção com materiais sustentáveis.
- (C) subsídios para construção de novas moradias.
- (D) urbanização de favelas e melhoria de infraestrutura.
- (E) regularização fundiária de áreas consolidadas.

41. Em seu livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, Ricardo Antunes analisa a crise do capital: “A denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. [...] Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico”.

Diante da crise mencionada, Ricardo Antunes argumenta que a resposta do capital à crise priorizou

- (A) a sustentabilidade ambiental.
- (B) novos padrões de dominação.
- (C) a redução da concorrência global.
- (D) o aumento do investimento público.
- (E) modelos cooperativos de produção.

42. No texto *A práxis e a compreensão da práxis: sobre as teses ad Feuerbach*, Wolfdietrich Schmied-Kowarzik aponta que, para Marx, “todas as formas de relações de alienação, exploração e opressão produzidas por uma práxis cega e naturalizante possam ser superadas e revolucionadas consciente e solidariamente por indivíduos ativos”.

Segundo o texto, para Marx, a superação da alienação ocorre por meio da

- (A) rejeição total das tradições filosóficas anteriores.
- (B) adoção de uma visão positivista da práxis.
- (C) dependência da práxis em relação à teoria filosófica.
- (D) transformação consciente das relações sociais pelos indivíduos.
- (E) atuação de forças externas como motor da emancipação social.

43. Em seu texto “Desafios ativistas à democracia deliberativa”, Iris Marion Young conclui, sobre a tensão existente entre o ativismo e a democracia deliberativa: “[...] a dissonância entre as posturas da democrata deliberativa e do ativista não se dissolve. Indivíduos e organizações que procuram combater a injustiça e promover a justiça precisam de ambos para debater com os outros e convencê-los de que há injustiças que devem ser corrigidas e a protestar e participar de ação direta”.

No texto, argumenta-se que o combate à injustiça e a promoção da justiça demandam a

- (A) preferência pelo debate racional em vez do ativismo.
- (B) priorização do ativismo como principal ferramenta de justiça.
- (C) integração entre o debate racional e a ação direta.
- (D) negação da eficácia do debate em contextos políticos reais.
- (E) prática do ativismo e do debate de forma independente.

44. Em seu livro *Ensaio de Sociologia*, Weber discute a relação entre ética religiosa e capitalismo. Diz o autor: “Repetimos: não é a doutrina ética de uma religião, mas a forma de conduta ética a que são atribuídas recompensas que importa. Essas recompensas funcionam na forma e na condição dos respectivos bens de salvação. E essa conduta constitui o *ethos* específico de cada pessoa, no sentido sociológico da palavra”.

De acordo com Weber, a relação apresentada por ele no excerto se manifesta na

- (A) separação total entre princípios religiosos e práticas econômicas.
- (B) rejeição da influência de valores religiosos no desenvolvimento econômico.
- (C) imposição direta de dogmas religiosos sobre as práticas econômicas.
- (D) conduta metódica e racional que sustentou o espírito capitalista moderno.
- (E) criação de uma ética voltada à renúncia de riqueza como virtude.

45. Valter Roberto Silvério, em seu texto “Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento”, afirma: “No Brasil, as distinções étnico-raciais e a introdução de trabalho livre condicionaram e restringiram a expansão dos direitos de cidadania, legando um Estado formulador de políticas sociais limitadas”.

De acordo com Silvério, a cidadania regulada no Brasil gerou como consequência histórica

- (A) a universalização dos direitos civis e políticos.
- (B) a inclusão de populações negras em decisões políticas.
- (C) a construção de políticas públicas inclusivas.
- (D) uma expansão plena da participação popular.
- (E) uma estrutura de exclusão institucionalizada.

46. Zygmunt Bauman, em seu livro *Para que serve a Sociologia?*, esclarece seu entendimento sobre a dimensão política da Sociologia: “O que torna a Sociologia uma atividade intrinsecamente política é [...] o próprio fato de oferecer uma fonte e uma legitimação de autoridade distintas, ao contrário da política institucionalizada”.

A dimensão da Sociologia apresentada por Bauman caracteriza-se por

- (A) problematizar discursos dominantes.
- (B) defender a neutralidade sociológica.
- (C) sustentar relações de poder existentes.
- (D) servir aos interesses das elites governantes.
- (E) resolver conflitos sociais com análise objetiva.

47. Átila Roque (em Paula e Heringer, 2009), em seu texto “Construção e desconstrução do silêncio: reflexões sobre o racismo e o antirracismo na sociedade”, discute a causa de um país do racismo sem racistas. Diz o autor: “Estivemos, na verdade, ao longo da última década, participando de um processo fundamental de ruptura de um dos principais – talvez o mais importante – pilares de sustentação do racismo no Brasil: o silêncio”.

Segundo Roque, o silêncio mencionado no excerto se refere à

- (A) criminalização das práticas culturais afro-brasileiras no contexto histórico.
- (B) desigualdade educacional entre negros e brancos no sistema de ensino brasileiro.
- (C) interdição cultural e política do debate racial como questão estrutural.
- (D) discriminação institucional no mercado de trabalho, o que reforça a exclusão racial.
- (E) segregação espacial que dificulta o acesso da população negra a direitos básicos.

48. Weber, em seu livro *Ensaio de Sociologia*, propõe uma análise sobre partidos políticos. Ele afirma: “Os partidos podem representar interesses determinados através da ‘situação classista’ ou ‘estamental’, e podem recrutar seus membros de uma ou de outra”.

Segundo Weber, os partidos possuem como característica a

- (A) transformação de interesses econômicos em programas políticos concretos.
- (B) articulação de interesses sociais e econômicos em busca do poder.
- (C) representação de demandas de grupos com interesses divergentes.
- (D) capacidade de articular demandas classistas e estamentais simultaneamente.
- (E) estruturação organizacional orientada pela exclusão de conflitos internos.

49. Octavio Ianni sintetiza o argumento central de seu livro *A ideia de Brasil moderno*, no seguinte trecho: “Sob o aspecto social, racial, regional e cultural, entre outros, continua em aberto a questão nacional. Em perspectiva ampla, a história do Brasil pode ser vista como a de uma nação em processo, à procura da sua fisionomia. É como se estivesse espalhada no espaço, dispersa no tempo, buscando conformar-se ao nome, encontrar-se com a própria imagem, transformar-se em conceito”.

A análise de Ianni sobre a nação brasileira, apresentada no excerto, indica que

- (A) as desigualdades regionais e raciais foram superadas ao longo da história.
- (B) a questão nacional é uma ideia ultrapassada, alheia aos desafios da modernidade.
- (C) a diversidade cultural brasileira impede a formação de uma identidade nacional.
- (D) a manutenção de desigualdades sociais impede a formação de uma coesão nacional.
- (E) a formação da nação brasileira foi concluída no período imperial.

50. Francine Saillant (em Paula e Heringer, 2009), em seu texto “Direitos, cidadania e reparações pelos erros do passado escravista: perspectivas do movimento negro no Brasil”, escreve sobre memória e questão racial: “As reparações também são uma questão de memória. Assim, Edna Roland recorre à ideia de criar um memorial da escravidão no Brasil. Ela interroga o motivo da ausência de tal memorial: ‘Quatro milhões de vítimas do tráfico, 40 milhões de vítimas que nasceram no Brasil, 44 milhões de vítimas da escravidão e nenhum memorial? Como explicar isso enquanto existe um memorial para 475 mortos brasileiros na Segunda Guerra Mundial na Itália? Por que, então, nada para nós? 44 milhões de vítimas ainda não é o bastante? Onde estão nossos mortos, onde estão nossos cemitérios?’”.

Com base no texto, a memória da escravidão, considerada como elemento de reparação, relaciona-se com a

- (A) necessidade de reconhecer as vítimas da escravidão e promover a construção de memória coletiva como forma de enfrentamento ao racismo estrutural.
- (B) redução da memória da escravidão a um problema essencialmente jurídico, sem impacto sobre a identidade e a cultura afro-brasileira.
- (C) identificação das vítimas da escravidão exclusivamente em estudos acadêmicos, sem relevância pública.
- (D) exclusividade da memória da Segunda Guerra Mundial como referência de reparação nacional, em detrimento de outras memórias históricas.
- (E) defesa da memória da Segunda Guerra Mundial como um modelo para evitar que a escravidão seja lembrada de forma excessiva no Brasil.

51. Max Weber, em seu livro *Ensaio de Sociologia*, busca diferenciar a abordagem sociológica de sua época em relação a outras ciências sociais. O autor “chamou sua perspectiva de Sociologia ‘interpretativa’ ou ‘compreensiva’”.

A Sociologia compreensiva ou interpretativa de Weber tem como objetivo

- (A) explicar as ações sociais por meio de leis universais e invariáveis.
- (B) ignorar as condições materiais das ações sociais em sua explicação.
- (C) interpretar os comportamentos sociais com base em regularidades externas.
- (D) priorizar a análise de normas culturais em detrimento dos significados individuais.
- (E) analisar as ações sociais a partir dos significados atribuídos pelos indivíduos.

52. Ao abordar a educação como reflexo do governo, Montesquieu, em seu livro *O espírito das leis*, afirma: “As leis da educação são as primeiras que recebemos. E, como nos preparam para sermos cidadãos, cada família particular deve ser governada no mesmo plano da grande família que compreende todas”.

A educação nas monarquias, segundo Montesquieu, tem como objetivo a formação de

- (A) cidadãos moldados pela frugalidade.
- (B) súditos determinados pela igualdade.
- (C) sujeitos regidos pela honra e pela polidez.
- (D) indivíduos educados para governar coletivamente.
- (E) pessoas orientadas pela liberdade irrestrita.

53. Zygmunt Bauman, em seu livro *Para que serve a Sociologia?*, destaca o caráter dialógico da Sociologia: “Como em todas as conversas, a Sociologia se envolve no diálogo com a doxa laica [...]. A transformação de mensagens em estímulos efetivos é mediada pela recepção, seguida pela compreensão, que envolve, como regra, uma interpretação (seletiva). Em sua variedade sociológica, o diálogo visa ao confronto entre *Erfahrungen* [experiências] e *Erlebnisse* [vivências]”.

O diálogo promovido pela Sociologia, segundo Bauman, tem como objetivo

- (A) estabelecer um consenso superficial sobre as condições sociais.
- (B) substituir interpretações subjetivas por explicações científicas neutras.
- (C) simplificar a compreensão da realidade social ao reduzi-la a dados objetivos.
- (D) confrontar o senso comum e ampliar as escolhas individuais e coletivas.
- (E) reafirmar percepções comuns como verdades absolutas.

54. Em seu texto “Desafios ativistas à democracia deliberativa”, Iris Marion Young reflete sobre as contradições da democracia deliberativa: “A deliberação, diz o ativista, é uma atividade de salas de reuniões [...]. Entre si, [as elites] participam do debate sobre as políticas que sustentarão seu poder e promoverão seus interesses coletivos. [...] Observadores e imprensa só comparecem por convite. [...] Nessas circunstâncias de desigualdade estrutural e poder excludente, os bons cidadãos deveriam estar protestando do lado de fora”.

A contradição apresentada no texto é criticada por Young porque

- (A) substitui o ativismo pela deliberação na política contemporânea.
- (B) beneficia exclusivamente quem tem maior habilidade argumentativa.
- (C) exclui grupos marginalizados mesmo quando formalmente inclusos.
- (D) torna inviável a participação de grupos poderosos em espaços deliberativos.
- (E) elimina totalmente o acesso de cidadãos às deliberações públicas.

55. No texto *A práxis e a compreensão da práxis: sobre as teses ad Feuerbach*, Wolfdietrich Schmied-Kowarzik ressalta: “Por materialismo Marx aqui não compreende apenas aquele de Feuerbach, mas também o materialismo francês do século XVIII de um La Metrie e de um d’Holbach e, do mesmo modo, o empirismo [...] anglo-saxão de Hobbes e Locke, isto é, toda a ciência positivista da modernidade. É ela que ele acusa de não considerar a realidade que procura conhecer como efetiva, mas que a coisifica e contrapõe a si ‘na forma de um objeto’”.

A crítica de Marx ao materialismo, segundo o texto, concentra-se na

- (A) relação direta entre idealismo alemão e materialismo de Feuerbach.
- (B) ausência de contemplação filosófica na teoria materialista.
- (C) redução do materialismo francês à busca pela realidade objetiva.
- (D) minimização do papel do sujeito na compreensão da práxis.
- (E) falta de reconhecimento da práxis como prática histórico-social.

56. Flávia Piovesan, em seu texto “Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos”, ao discutir estratégias no combate à discriminação, esclarece: “Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade, não basta apenas proibir a discriminação mediante legislação repressiva”.

Para a autora, a superação ao problema da desigualdade social exige

- (A) medidas que proíbem toda discriminação, ainda que ignorem inclusão social.
- (B) a conjugação de estratégias repressivas e promocionais.
- (C) ações promocionais que ignoram repressão punitiva.
- (D) políticas que eliminem a discriminação mantendo estruturas sociais.
- (E) apenas campanhas de proibição da exclusão social.

57. Em seu livro *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*, Zygmunt Bauman discute a mercantilização do indivíduo: “Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria [...]. A ‘subjetividade’ do ‘sujeito’, e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável”.

Com base no texto, é correto afirmar que a transformação da subjetividade em mercadoria provoca, segundo Bauman,

- (A) uma ansiedade constante e um medo de descarte gerados pela pressão mercadológica.
- (B) o fortalecimento da autonomia individual, fruto da adaptação ao mercado.
- (C) um senso de identidade estável e duradouro no indivíduo, conforme as exigências do mercado.
- (D) a formação de uma subjetividade autêntica comprometida com a lógica da vendabilidade.
- (E) uma busca por aceitação como característica natural da subjetividade, destinada a cumprir expectativas sociais.

58. Bernard Lahire, em seu texto “Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de Sociologia?”, apresenta uma passagem da obra *The theory of the leisure class*, de Thorstein Veblen, para discutir a natureza da Sociologia: “A curiosidade sem outra preocupação além do conhecimento, sem outra disciplina que aquelas que se impõem a ela mesma [...], essa curiosidade consagrada a ela mesma oferece uma garantia sobre o despotismo do dinheiro, uma probabilidade de progresso e de crítica”.

No texto, o entendimento de Lahire acerca da Sociologia sustenta uma crítica à abordagem sociológica que se dedica exclusivamente à

- (A) adoção de perspectivas interdisciplinares na sociedade.
- (B) neutralidade científica alheia às implicações sociais.
- (C) fundamentação moral baseada em valores tradicionais.
- (D) utilidade como relação servil aos interesses dominantes.
- (E) imposição de agendas políticas sobre o conhecimento.

59. No livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, Ricardo Antunes caracteriza o cenário atual do trabalho do seguinte modo: “Estamos vivenciando [...] a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e assistindo à sua substituição pelas terceirizações, por diferentes modos de flexibilização, pelas formas de trabalho *part time*, pelas diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, terceiro setor etc.”.

Segundo Antunes, o cenário descrito ocorre devido à

- (A) expansão de políticas públicas que garantem a segurança no emprego.
- (B) automação irrestrita, que extingue integralmente os vínculos formais de trabalho.
- (C) ampliação da esfera cultural, que integra valores simbólicos ao sistema produtivo.
- (D) intensificação da globalização, que altera a dinâmica social e econômica em escala global.
- (E) reestruturação produtiva, que desestabiliza os vínculos sociais e institucionais.

60. Segundo o IBGE, no informativo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, “a violência atinge muito mais os homens de 15 a 29 anos do que os homens de outras faixas etárias [...]. Nesse grupo etário, as principais vítimas de homicídios foram os homens pardos e pretos, com taxas de 136,5 e 94,4 mortes por 100 mil habitantes, o que representa 3,3 vezes e 2,3 vezes, respectivamente, a taxa observada entre os homens brancos da mesma faixa etária (41,6 mortes)”.

Com base nos dados citados, as taxas de homicídio no Brasil revelam

- (A) uma universalização da violência letal.
- (B) a predominância de fatores econômicos.
- (C) uma violência racial estrutural.
- (D) a reprodução de desigualdades de gênero.
- (E) uma abordagem repressora da segurança pública.



